

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza

SOCIEDADE, INDIVÍDUO E EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA

SOCIEDAD, INDIVIDUO Y EDUCACIÓN INFANTIL: REFLEXIONES SOBRE LA
FORMACIÓN HUMANA

SOCIETY, INDIVIDUALS AND CHILD EDUCATION: REFLECTIONS ON HUMAN
TRAINING

Márcia Ferreira Torres Pereira^a, Rosiris Pereira de Souza^b

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os processos de formação humana a partir dos pressupostos da teoria crítica frankfurtiana, destacando os estudos de Adorno e Horkheimer sobre a relação entre indivíduo e sociedade no sentido de empreender um esforço reflexivo para pensar o sentido e o significado da Educação Infantil nos tempos atuais. Para tanto, sistematizamos este texto em três momentos, o primeiro busca resgatar a compreensão da relação entre indivíduo, sociedade e educação. No segundo momento nos aproximamos da perspectiva de Educação como meio para a possibilidades para se pensar a autonomia e a emancipação humana. Por fim discorreremos alguns elementos sobre a Educação infantil na sociedade contemporânea a partir desses conceitos.

Palavras-chave: Sociedade; Indivíduo; Formação humana; Educação Infantil.

ABSTRACT

The present article aims to reflect on the human formation processes from the assumptions of the critical theory frankfurtiana, highlighting the studies of Adorno and Horkheimer on the relationship between individual and society to undertake a reflexive effort to think meaning and meaning of Infant Education in our times. For this, we systematize this text in three moments, the first search to rescue the understanding of the relationship between individual, society and education. In the second moment we approach the perspective of Education as a means for the possibilities to think about autonomy and human emancipation. Finally we will discuss some elements on the education of children in contemporary society from these concepts.

Keywords: Society; Individual; Human formation; Child education.

^aUniversidade Federal de Goiás – Regional Goiânia, - CEPAE – UFG marciafterresp@gmail.com

^bUniversidade Federal de Goiás – Regional Goiânia – CEPAE- UFG rosirisps@gmail.com

RESUMEM

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los procesos de formación humana a partir de los presupuestos de la teoría crítica frankfurtiana, destacando los estudios de Adorno y Horkheimer sobre la relación entre individuo y sociedad en el sentido de emprender un esfuerzo reflexivo para pensar el sentido y el significado de la Educación Infantil en los tiempos actuales. Para ello, sistematizamos este texto en tres momentos, el primero busca rescatar la comprensión de la relación entre individuo, sociedad y educación. En el segundo momento nos acercamos a la perspectiva de Educación como medio para las posibilidades para pensar la autonomía y la emancipación humana. Por fin discursar algunos elementos sobre la Educación infantil en la sociedad contemporánea a partir de esos conceptos.

Palabras clave: Sociedad; individuo; Formación humana; Educación Infantil.

Data de submissão 24/08/2015

Data de aprovação 10/10/2018

<https://doi.org/10.5216/rpp.v16n1.37514>

INTRODUÇÃO

Os estudos reunidos neste artigo respaldam a reflexão, a luz da teoria crítica da Escola de Frankfurt, para as relações entre indivíduo e sociedade moderna, o sentido e o significado da formação humana e o poder da educação no enfrentamento das interferências ideológicas predominantes, que fetichizam a transformação da realidade. É importante considerar que a ideologia e as necessidades fundamentais do indivíduo são internalizadas, formam uma totalidade organizada interna e permite mútua interdependência com a sociedade. Essa conciliação entre indivíduo e sociedade, entre particular e universal, tem a cultura como mediadora de uma racionalidade administrada pela lógica do capital econômico, oposta à emancipação. A dominação, elemento cultural, que pela ideologia se configura em barbárie devido à manutenção do contexto político e social,

deve ser posta em debate na perspectiva de sua superação, a despeito da desmistificação da emancipação humana, qual seja, a falsa liberdade. A dominação¹ como autoridade concedida, se expressa por uma submissão voluntária dos sujeitos, o que demanda compreender o caráter legitimador de tal situação. Para os teóricos frankfurtianos isso significa dizer que o conhecimento² ao tornar-se absoluto impossibilita a experiência do pensamento e, portanto, de se pensar contrariamente à racionalidade da sociedade administrada, o que requer reflexões críticas sobre a representação preliminar do conhecimento e suas contradições para não incorrer na mera repetição sem reflexão filosófica. Para a teoria crítica da Escola de Frankfurt a conciliação dos aspectos universais e particulares, teve sua origem na pretensão conservadora de generalização e de especialização do conhecimento como solução para o objeto, o que possibilitou o

¹O caráter universal do totalitarismo se mantém pela cegueira em que está imersa a sociedade. Por isso a dialética, como procedimento, significa pensar em contradições sobre a causa da contradição experimentada na coisa e contra ela, sendo contradição da realidade e contradição na realidade (Adorno, 1984). Trata-se de uma categoria que confronta o pensamento com o objeto e o conceito.

² Uma das diferenças entre a epistemologia – teoria do conhecimento – e a metodologia é concernente ao avanço da racionalidade científica em que a primeira foi substituída por essa última (Abbagnano, 2007, p. 183).

caráter totalitário de toda a ciência e corroborou o conformismo, o domínio do sujeito e a concretização de uma relação abstrata entre sujeito e objeto. A realidade objetiva, portanto, triunfa pela mediação do imediato e seus mecanismos culturais de dominação do sujeito idealizado, o que exigiria a crítica do caráter determinista da mediação conciliadora e não de sua efetiva ação transformadora³.

Tem-se como pressuposto que os conhecimentos foram necessários às mudanças no modo de produção da sociedade moderna e influenciaram de diferentes maneiras a forma como os indivíduos interagiram com sua realidade objetiva⁴. Independente dos avanços historicamente existentes estruturou-se, por outro lado, o princípio da alienação e os limites da consciência com o conceito de representação ao produzir as necessidades dos homens, gestando o consumidor e a idealização de seus motivos. Contudo, essa relação não é de mão única, há uma mútua constituição entre o sujeito e a sua realidade, entre sujeito e objeto. A partir dessa constatação pode-se pensar que a possibilidade de resistência aos mecanismos de dominação e alienação, impostos pela sociedade capitalista, podem ser objetos de desmistificação da idealização da consciência humana e passaporte importante para as mudanças necessárias na sociedade. O que leva a compreender que o conceito de consciência geral tem desdobramentos na prática⁵ e sua resistência deve ser a partir do desvelamento de suas contradições.

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza

Nesses termos, cabe analisar as representações acerca da experiência e da realidade, entre subjetividade e objetividade, para se pensar na cristalização da alienação no aspecto subjetivo e cultural. Se o objeto se conforma na experiência do pensamento e são fenômenos conhecidos, fixos, o sujeito poderá determiná-los quanto revolucioná-los. Observa-se a necessidade de estudos referente às ações irrefletidas dos sujeitos, a subjetividade coisificada. Isso não elimina o estudo do objeto, mas a importância da resistência à conciliação entre a realidade e a ideologia e os mecanismos de dominação, que mediam o sujeito e o objeto, relacionados às representações absorvidas pelos sujeitos, ou seja, o sujeito idealizado pela fragmentação da consciência – a alienação.

Pensar sobre a objetivação da realidade exige resgatar o sujeito idealizado, perdido pela indiferenciação em relação à totalidade social. O entendimento de que o objeto está dado pelo sujeito, sua fixidez ou transcendência não podem determinar a realidade. A falsa consciência de que há um sujeito plenamente identificado com o social, enganado pela falsa individuação da sociedade consumista e capitalista, exige superação de tal totalitarismo para a emancipação humana. Entretanto, a apreensão da realidade perpassa pelas relações que constituem a cristalização dessa mesma realidade, além de seus fatores econômicos e políticos. A aparência e a essência da realidade não se conciliam, é necessária a formulação dialética acrescida de historicidade para que

³ A categoria de Mediação em Marx requer compreendê-la dialeticamente. “O julgamento das necessidades corretas e falsas teria de ser feito de acordo com uma visão da estrutura geral da sociedade, com todas as suas mediações. O fictício que hoje deforma todo e qualquer atendimento das necessidades é inconscientemente percebido sem questionamento; provavelmente contribui para o atual mal-estar na cultura” (Adorno, 1995a, p. 71).

⁴ A riqueza de bens de consumo na sociedade moderna deve-se ao desenvolvimento técnico e

científico, contribuindo para que o capitalismo descobrisse recursos que pudessem empurrar para as calendas gregas a transformação da sociedade (Adorno, 1995a)

⁵ Segundo Horkheimer (2000) o método da negação possibilita ao homem reconhecer na realidade suas contradições e impossibilidades, a crença em falsas teorias e “de tudo o que mutila a espécie humana e impede o seu livre desenvolvimento [...]” (p. 187)

sejam desvelados as contradições e o desmascaramento da fetichização do objeto.

Diante dos pressupostos da teoria crítica da Escola de Frankfurt é importante considerar que a possibilidade de romper com a falsa consciência carece da desmistificação da formação idealizada, de como o indivíduo apreende a sociedade e a cultura, estabelecendo suas relações e experiências historicamente produzidas. O entendimento de que a educação implica na promoção do conhecimento e da auto-reflexão crítica e de que esta deve ser iniciada na mais tenra infância, permite problematizar: como os processos educacionais e a educação infantil podem corresponder à formação para a autonomia e emancipação humana?

A compreensão de que a educação compõe um campo de lutas não é abstraída desta reflexão nem tão pouco das determinações que a configuram. Pretende-se tecer inicialmente algumas reflexões sobre a formação humana para se pensar na promoção da educação para a resistência aos mecanismos opressores de dominação e alienação, aos quais estão submetidos os indivíduos dentro do processo de coisificação da vida social.

A importância das reflexões apresentadas encontra-se respaldada na constatação da relevância que se manifesta em nossa sociedade sobre as novas configurações das instituições para o cuidado e educação de crianças menores de seis anos. Historicamente, as instituições de Educação infantil (creches e pré-escolas⁶) tinham como preocupação principal a tutela

e a guarda das crianças pequenas para que os seus responsáveis pudessem participar da vida produtiva (mercado de trabalho). Atualmente, este cenário se apresenta diferenciado. A instituição de Educação infantil não se restringe somente a um espaço de guarda e proteção dos filhos de trabalhadores, e sim, como uma necessidade gerada a partir de uma demanda da sociedade (trabalhadores ou não) de cuidado e educação em espaços coletivos e educativos adequados, que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento pleno das crianças.

Estes desdobramentos historicamente destacados convidam a pensar sobre os aspectos mais amplos e restritos sobre a formação humana, seus dilemas e inquietações existentes. Dentre eles: a relação entre a família e a instituição de educação; tempo de permanência das crianças nos espaços educativos; relação de autoridade necessária para a formação humana nesses espaços; currículo; formação de professores, dentre outras.

A busca pela compreensão do sentido e significado da Educação infantil para a adaptação ou para a emancipação e autonomia tem relação com o projeto de sociedade e seus objetivos, para entender como esses processos poderiam ser promovidos nos espaços que atendem crianças menores de seis anos. Os aportes teóricos no âmbito da relação complexa e dinâmica entre indivíduo e sociedade encontram-se nos estudos de Adorno e Horkheimer⁷, integrantes da Escola de Frankfurt, que se dedicaram a pesquisar as

⁶Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade (Lei nº. 9394/1996)

⁷Theodor W. Adorno, segundo Zuinet. *al* (1999), nasceu em Frankfurt em 1903 e viveu importantes acontecimentos políticos, culturais e sociais da história contemporânea, falecendo em 1969. Neste

percurso, foi sociólogo, filósofo, musicólogo e crítico da cultura do século, foi um dos fundadores da chamada Escola de Frankfurt e teve importantes trabalhos publicados em parceria com Max Horkheimer. Dedicou-se a estudar a lógica da sociedade se interessando principalmente pela reflexão sobre os acontecimentos que marcaram sua época e ainda defendendo a necessidade de mudanças na estrutura da sociedade, desta forma seus estudos e reflexões no indicam questões importantes referentes à educação. De acordo ainda com Zuinet. *al* (1999) Adorno conheceu Max Horkheimer em 1922 quando tinha 19 anos de idade e junto com este e outros intelectuais, no ano de

relações humanas e a lógica da sociedade burguesa industrial entre outras temáticas no renomado Instituto de Pesquisas Sociais, vinculado à Universidade de Frankfurt na Alemanha, para balizar a discussão que centraliza a educação infantil como fase importante e necessária da formação humana.

Indivíduo e sociedade: uma complexa relação mediada pela indústria cultural

Adorno e Horkheimer (1978) discutem a partir de uma complexa análise, o que se poderia entender por sociedade, afirmam que o conceito de sociedade não se restringe simplesmente ao “conjunto de homens, com grupos de diversas dimensões e significados que compõem a humanidade” (p. 25) defendem que o conceito estaria mais próximo da compreensão do que é sociedade se fosse contemplado como “momentos de conjunção e separação do homem como uma série de individualidades biológicas por cujo intermédio os seres humanos se reproduzem, controlam a natureza interna e externa, e das quais promanam, em sua própria vida, conflitos e formas de dominação” (p. 25). Ainda advertem que este conceito também não define de forma apropriada o que é sociedade, mas que a partir dele poderíamos tirar o sentido mais importante do termo que são as relações entre os elementos componentes e as leis que delas derivam.

Na relação entre indivíduo e sociedade Adorno (1995) afirma que a cultura precisa ser compreendida para intervir no universo material. Compreender a cultura administrada, que não se desvincula das representações sociais ligadas à arte, tem como correspondência a

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza padronização, o comportamento repetitivo, a indiferenciação e a educação contemporânea. A organização da cultura contemporânea, suas possibilidades de organizar socialmente e de trabalho passa pelo contexto educacional em termos ideológicos. Devido ao fato de a cultura administrada pela lógica da produção e do consumo ter se ampliado em todos os setores da cultura, as instituições escolares assimilaram e apregoaram muitos de seus valores, reproduzindo em seus livros, currículo, metodologias e práticas educacionais conteúdos que deveriam ser criticados, extraindo suas contradições e idealizações.

Para Adorno (1995a) a mediação⁸ é um processo contraditório, tendo em vista a força hegemônica da indústria cultural que corrobora o reconhecimento da primazia do objeto sobre o sujeito, determinando as relações sociais e a reificação do sujeito. Cabe refletir sobre os instrumentos mediadores presentes no universo escolar para a possibilidade de uma educação crítica, voltada a não aceitação de tudo o que é imposto. Deve ser emancipatória e voltada para a autorreflexão, para que as crianças tenham consciência de seus atos. Porém, este aspecto deve ser considerado na relação entre educadores e educandos, quando se prevalece a visão do processo educativo sem o reconhecimento de suas contradições e das mediações idealizadas. A necessidade de uma educação crítica desde a infância é emergente frente ao processo de adaptação cultural da criança.

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria

1923, efetivaram a ideia da criação do Instituto de Pesquisa Social. Em 1930 Max Horkheimer assume a direção desse Instituto, “tornado-o um centro ativo de pesquisa e de análise crítica do capitalismo monopolista” (p. 22)

⁸Importante categoria dos estudos de Vigotski (1998), em a *Formação Social da Mente*, para o desenvolvimento de métodos que potencializam, a

partir da cultura, a aprendizagem infantil. Ressalta que as funções psicológicas superiores podem ser internalizadas, sobretudo com a interferência dos signos e instrumentos. A mediação é a base dos processos psicológicos superiores. O desenvolvimento se dá de diferentes maneiras e a mediação de algo ou alguém contribui na formação da criança possibilitando o seu amadurecimento.

igualmente questionável se ficasse nisso, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior [...] (ADORNO, 1995a, p. 143).

Para compreender o processo de mediação, Adorno e Horkheimer (1978) fazem um estudo da origem do conceito de indivíduo e afirmam que o termo sempre designou algo “concreto, fechado e auto-suficiente” e ainda, como uma unicidade “que se caracteriza por propriedades peculiares que só a ele se aplicam” (p. 46). Com o advento do liberalismo e da teoria da livre concorrência, surgiu a ideia de considerar o indivíduo como “um ser em si”. Mas essa afirmação foi derrubada com os estudos da sociologia e da filosofia especulativa ao mostrarem que “o indivíduo está socialmente mediado” (p. 47).

Entretanto, desconsiderar o aspecto subjetivo ao invés de romper com a ideologia faz dela a mediação com o indivíduo. Esse é um aspecto que deve ser destacado, pois a perda do universo subjetivo em nome da primazia do universo objetivo qualifica a idealização do ego. O sujeito torna-se egocêntrico, ou seja, é o sujeito indiferenciado, voltado para si em busca de uma identidade ilusória. Isso esboça uma falsa ideia da possibilidade de existência de um sujeito crítico na sociedade moderna. Essa situação é crítica sobre a realidade social.

Ao considerar que na relação entre indivíduo e sociedade há uma reciprocidade, a participação dos indivíduos e a comunicação com os seus semelhantes são dinâmicas e complexas. Cabe à ciência investigar sobre as leis que envolvem a interação entre indivíduo e sociedade, tendo a natureza como terceiro elemento. Sem essa compreensão fica inviável pensarmos

em possibilidades de formação humana, que tenha como meta a constituição de uma consciência crítica sobre os processos civilizatórios.

A conciliação entre indivíduo e sociedade para a psicanálise significa que o universo objetivo pode sobrepor-se ao subjetivo, cristalizando a realidade em nome da subjetividade. Sobre esse aspecto, surge a crítica sobre o homem unidimensional, qual seja a alienação que se faz presente pela via única da cultura conciliatória, na qual não há espaço para oposição⁹.

A psicanálise apresentou estudo importante para os estudiosos do indivíduo e da cultura, considerando o conflito entre instinto de vida e pulsão de morte, atravessado pela necessidade de satisfação imediata e assertivamente apresenta o indivíduo limitado pelas suas condições humanas quanto pelas possibilidades de crescimento. Baseado nos estudos psicanalíticos, Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a correspondência entre a realidade e às necessidades e expectativas de um sujeito consciente de suas ações, deve considerar a reflexão sobre a adaptação da racionalidade técnica da cultura vigente, acomodado pela ideologia que viabiliza a falsa consciência com a promessa de individualidade e liberdade, escamoteadas pelas finalidades somente econômicas.

Pensar sobre as perspectivas de formação humana para a autonomia e emancipação, no âmbito das possibilidades que envolvem os processos educacionais e o desvelamento das contradições, requer considerar a origem e o processo histórico voltando a tradição para realizar a reflexão crítica e filosófica, que visa não idealizar a práxis¹⁰ ao conciliar o universal e o particular.

⁹A unidimensionalidade refere-se à uma via única – totalitária tanto para o homem quanto para a sociedade – apresentada pela cultura moderna, na qual qualquer tentativa de crítica ou oposição à alienação é absorvida e neutralizada pela crença de

que o conflito pode ser conciliado, mantendo, assim a ilusão de consciência e liberdade (MARCUSE, 1967, p.23)

¹⁰Na etimologia, o conceito de *práxis* é importante para entender a sociedade moderna e a sua

Em seu ensaio “Educação após Auschwitz”, Adorno (1995) defende como meta principal para a Educação a resistência aos processos regressivos, aos quais está submetida a sociedade. Levanta como “bandeira” de luta a ideia de que, por meio da educação a formação do um indivíduo deve se fundamentar numa consciência e autoconsciência crítica, autônoma e emancipada. A meta educacional principal é formar um homem com conhecimentos culturais amplos capaz de realizar experiências para a convivência em uma sociedade que seja esclarecida sobre a justiça e a democracia. Trata-se de uma formação que considere as diferenças a despeito de uma educação plural e com possibilidades de emancipação, de forma a se tornar consciente e, assim, resistente aos processos de regressão social.

A perspectiva educacional de Adorno se volta para a compreensão da lógica da sociedade moderna como possibilidade de transformação social. Para tal projeto é necessário realizar a reflexão dialética sobre os processos e instituições formativas historicamente consolidados com destaque para instituições como: família e escola, sem perder de vista as

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza condições objetivas da racionalidade social moderna.

Para tecer sua crítica à sociedade, Adorno e Horkheimer formulam o conceito de indústria cultural¹¹ e seus mecanismos de dominação responsáveis por uma semiformação¹² dos sujeitos. Esse conceito cunhado por Adorno corresponde à manipulação que “a técnica conquista seu poder sobre a sociedade, [...] o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si mesma” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 100).

Nesses termos, a própria forma com que se encontra organizada a sociedade administrada possibilita que o contexto se revele historicamente como autoritário.

O ideal anti-feudal da autonomia do indivíduo compreendia a autonomia da decisão política dos indivíduos; no contexto econômico, porém, transformou-se numa ideologia que exigia a manutenção da ordem vigente e o constante recrudescimento da capacidade de realização produtiva. Assim, para o indivíduo

idealização. Desde Aristóteles, a dinâmica do trabalho é referenciada para pensar a ação política como o sentido dos dois conceitos, poesia e *práxis*, revelam que, na modernidade, os desdobramentos da teoria do conhecimento levaram à inversão do sentido da *práxis*, relativizaram-na ao não reconhecerem sua contradição radical conceitual: a conciliação entre o sujeito e a ação. [...]” (ZANOLLA, 2007a, p.72).

¹¹Indústria Cultural é um termo cunhado pelos filósofos Theodor Adorno e Marx Horkheimer. Expressão usada pela Escola de Frankfurt para aludir à manipulação das consciências pelos meios de comunicação. “[...] não se trata em primeiro lugar das massas e nem das técnicas da comunicação como tal, mas do espírito insuflado nessas técnicas: avoz do „dono””. Com efeito – argumenta Adorno – os atuais veículos de comunicação não são instrumentos neutros, preenchidos, em seguida, por conteúdos ideológicos, mas instrumentos ideológicos já de saída. Tanto é verdade que a indústria cultural é qualificada não tanto pelos conteúdos, ou seja, por aquilo que diz, porém mais pelas técnicas expressivas usadas, ou

seja, pelo modo como diz o que diz. Técnicas que visam substancialmente a produzir, nos indivíduos, estados de paralisia mental acompanhados da aceitação passiva do existente. De resto, observa Adorno –, “o imperativo categórico da atual indústria cultural, diferentemente do kantiano, nada mais tem em comum com a liberdade, pois soa simplesmente: “você precisa adaptar-se, sem especificar a quê; adaptar-se àquilo que imediatamente é, e ao que, sem reflexão sua, como reflexo do poder e da onipresença do existente, constitui a mentalidade comum. [...] Tudo isso é eloqüentemente exemplificado por fenômenos-chave como o cinema, o entretenimento e a publicidade, nos quais se demoram algumas páginas mais conhecidas da *Dialética do Esclarecimento* [...]” (ABBAGNANO, 2007, p.645).

¹²Semiformação é o termo empregado por Adorno e Horkheimer para designar a determinação social da formação na sociedade capitalista e faz parte do campo da reprodução da vida sob a determinação da indústria cultural.

totalmente interiorizado, a realidade converte-se em aparência e a aparência em realidade. (ADORNO e HORKHEIMER, 1973, p.55).

Nessa concepção ideológica de autonomia, surge o sufocamento das possibilidades de emancipação do homem, justificada pelo argumento de que é necessário acompanhar as mudanças, o progresso, onde tudo se desenvolve e se atualiza. A ideologia na modernidade passa a exercer sobre ações políticas o direcionamento e a manipulação das consciências compatíveis com os interesses do poder hegemônico e a incapacidade de perceber os processos de dominação e de exploração sobre suas reais condições de vida.

Nessa relação do sujeito com a realidade, este se apresenta subsumido no objeto, na falsa compreensão de sua separação. Esse poder, que confere padronização da cultura no processo de uma falsa realidade, incide sobre a educação e a formação dos sujeitos, uma vez que é substituído o lugar legítimo da autoridade destes pela formação de consciências reificadas.

A função da educação para a emancipação distancia-se da que “obriga o indivíduo econômico a lutar por seus interesses de lucro, sem se preocupar com o bem da coletividade” (ADORNO e HORKHEIMER, 1973, p. 55). Exatamente essa concepção de indivíduo, compreendido como autônomo, segundo as determinações/representações da estrutura da sociedade, permitiu que este indivíduo exercesse a função mediadora de uma autoridade também ideológica.

Ao se pensar numa educação crítica, a autoridade se põe como princípio da superação da barbárie, juntamente com a autonomia e a emancipação. Esse princípio deve se constituir na perspectiva da educação voltada para a construção de identidades conscientes de sua participação efetiva em sociedade como na construção da cultura, que só poderá ser verdadeira

quando for implicitamente crítica, “elemento inalienável da cultura [...]. A crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade - mas quando, ao desobedecer, obedece” (ADORNO, 1998, p. 11).

A educação tem sua relação com os conhecimentos, porém é importante salientar a importância de se estabelecer a reflexão filosófica, descortinando aquilo que a sociedade oculta, ou seja, o que há por detrás das operações de troca da economia capitalista. A utilização do conhecimento e de seus conceitos, assim como da ciência, para satisfazer aos procedimentos manipulativos da organização social, atesta que todo conhecimento se mostra enfeitado pelo encanto dos interesses econômicos. Faz-se necessário apostar na educação crítica iniciada ainda na infância.

Nesse projeto educacional a escola não pode estar a serviço da Indústria cultural e o ensino não deve ser tratado como uma mera mercadoria, pois esse processo provoca a impossibilidade das pessoas perceberem os mecanismos que as submetem à dominação e à alienação. A escola deve fazer o movimento da resistência com o esclarecimento que lhe faz necessário a estas questões, sendo instância que promova com criticidade a intervenção sobre as formas de produzir a vida social e suas relações de produção.

Sobre educação, Roure (2009) nos aponta que:

Os processos voltados para o cuidado, a educação e a formação propriamente dita do indivíduo visam a adaptá-lo ao modo de produção capitalista e à forma de pensar compatível com sua ideologia. Ademais, tais processos são pontos estratégicos para a manutenção das condições de domínio dos sistemas sociais calcados no totalitarismo. Por esse motivo, o que deveria contribuir para a formação se converte e pseudoformação (p.32).

A educação como meio para se atingir a emancipação, deve ser uma

formação humanística, de resistência à indústria cultural, contribuindo para a formação da consciência crítica a partir das experiências formativas que permitam aos homens entender os processos e as contradições da sociedade. Uma Educação que privilegie o respeito às diferenças na relação com os seus semelhantes na condição humana, numa convivência justa e democrática, resistente à ordem estabelecida. Uma formação em que os conhecimentos técnicos, humanísticos, científicos e artísticos promovam mecanismos de resistências aos processos de massificação cultural.

A despeito da falsa consciência, a autorreflexão crítica exige:

O investimento na humanização do sujeito, que este se reconheça no desvencilhar do objeto; de outra forma, a mediação, a intersubjetividade, poderá realizar aquilo que tudo combate: a coisificação do sujeito, a indiferenciação, tornando o sujeito objeto por meio da conciliação, que absorve, na prática, as possibilidades de crítica à realidade existente. A mediação é inesgotavelmente presente na relação entre sujeito e objeto é importante para a identificação da prática sócio-histórica; entretanto, cabe ao sujeito se reconhecer na diferença com o objeto, apreender a dialética do objeto como práxis contraditória. Essa consciência só poderá ocorrer voltando-se para o entendimento dos mecanismos culturais de dominação (ZANOLLA, 2010, p. 82).

Para compreender a educação infantil a mediação tem seu papel na educação como possibilidade de formação e de deformação, considerando a condição do seu caráter idealizador. Não podendo ser idealizada, a mediação tem a função de contrapor o sujeito ao objeto, nunca por qualquer representação. Essa categoria contribui para compreender a concepção de infância e de educação.

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza

Para Adorno *apud* Zanolla (2010) a concepção maturacional ou desenvolvimentista da aprendizagem na infância não é a principal questão para se pensar nos processos formativos da criança, e sim um estudo culturalista, embora reconheça os processos psíquicos próprios ao desenvolvimento da criança. “Apresenta uma concepção ampla e integral, analisa a criança como um todo em desenvolvimento [...] visando uma educação autônoma e crítica” (p.86).

É nessa perspectiva que se propõe refletir sobre questões relativas ao contexto da Educação infantil na sociedade atual, no sentido de identificar os sentidos e o significado dessa etapa da educação básica para compreender as relações que estão postas para a formação humana, a partir de estudos sobre a infância e sua educação.

Educação Infantil para a autonomia e emancipação

A importância da categoria autonomia no seu sentido kantiano para a teoria crítica em geral, considerando esse conceito como “a saída do homem de sua minoridade [...]. A minoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 2008, p.63).

A concepção de infância tem relação direta com a educação, haja vista que a autonomia é determinante para o desenvolvimento humano da sociedade no combate a barbárie e às formas idealizadas de pensamento. Formar crianças para que se tornem sujeitos críticos, autônomos e reflexivos deve ser o objetivo da educação.

O desafio da educação infantil, propriamente dita, é o enfrentamento da indiferenciação frente o que já está mediado e adaptado pelas experiências necessárias dos processos evolutivos. Isso significa dizer que é preciso conhecer as influências da indústria cultural no universo infantil e seu processo histórico desde a Revolução

Industrial, a economia de mercado e a sociedade de consumo.

O processo que leva a criança ao conhecimento é muito mais complexo que seu desenvolvimento, não admite extremismos, tampouco definições preconcebidas. Desta forma, as etapas do desenvolvimento representam a escravidão necessária e limitante, caminho que possibilita identificar a diferença entre aprendizagem e educação no sentido amplo. A experiência da criança não deve servir a educadores como fator primordial no intuito da aquisição de habilidades. A força que a experiência domina, ao mesmo tempo, enrijece a criatividade (ZANOLLA, 2010, p. 88).

Como realização humana, a atividade criativa tem a imaginação como seu fundamento e revela-se na cultura, na ciência, nas artes e na técnica. A criatividade tem sua origem social e com seus significados complexos se modifica ao longo da história humana. Fundada nas experiências humanamente realizadas, a relação entre imaginação e realidade se comunicam e possibilita ao homem ser aquele que cria e transforma a realidade.

Para Vigotski (2014), a imaginação tem significado e sentido para o desenvolvimento humano, seja qual for a forma como ela se manifesta:

Para o arado, que inicialmente não era mais de que um simples pedaço de madeira com a ponta trabalhada no fogo, se transformasse, desse tão simples instrumento manual, no que ele é hoje, após uma série de transformações descritas em manuais especializados, quem sabe quanta imaginação foi despendida para isso? Da mesma forma a débil chama de um fragmento de madeira, uma tocha primitiva, conduz-nos através de uma longa série de invenções até a iluminação a gás ou a iluminação elétrica. Todos os objetos do nosso cotidiano, incluindo os mais

simples e habituais, são, por assim dizer, imaginação cristalizada (p.04).

Ao considerar que as contribuições humanas têm suas correspondências sobre as formas de produzir a vida coletiva, vale ressaltar a criação das políticas educacionais sobre a importância dada a uma fase específica da vida – a infância. Destacam os debates a partir, principalmente, da década de 1990 no Brasil, quando inauguraram uma nova forma de se olhar para as crianças. Essas preocupações já estavam postas em discussão desde o começo da década de 1970.

Nessa nova perspectiva educacional a concepção de criança a situa como sujeito de direitos e não mais como um ser incompleto, um vir-a-ser cidadão adulto. Tal conceito tem respaldado as novas diretrizes curriculares para a Educação Infantil (2009) e outros documentos legais tais como: a Constituição de 1988, o estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Existe um caminho logo para se alcançar a qualidade necessária para a formação nesta etapa da Educação básica, tais como: políticas educacionais, gestão e financiamento, formação de professores, estrutura física adequada aos interesses, necessidades e singularidades das crianças pequenas. Acima de tudo é necessário e urgente promover a reflexão e o aprofundamento sobre o sentido e o significado dessa fase da formação humana para que a infância seja vista para além das formas romantizadas e utilitárias.

Garrido (2006) aponta que:

No Brasil, ampliou-se o acesso a creches e pré-escolas, mas, mesmo como o consenso estabelecido desde 1987, com o movimento pré-constituente sobre a importância social e o caráter educativo das instituições de educação infantil, não se conseguiu ainda viabilizar um funcionamento razoável destes

serviços ou oferecer atendimento em instituições públicas (p.14).

As preocupações que orientaram o surgimento dos debates sobre a educação infantil na década de 1970 se baseavam na teoria da privação cultural¹³ e as propostas de educação compensatória¹⁴, a função da então chamada pré-escola era de compensar as carências em todos os aspectos do desenvolvimento das crianças para que essas não tivessem dificuldades nas fases posteriores de sua escolarização.

As críticas a este modelo de educação já apontavam que mudanças se instalavam na educação das crianças pequenas e não se restringia somente ao aspecto de sua escolarização, ela sinalizava uma mudança social como um todo. A indiferença, a injustiça e a desigualdade social provocavam as carências infantis e esses problemas não poderiam ser resolvidos somente adotando um modelo de educação compensatória, ou seja, para que esses problemas fossem resolvidos seria necessária uma transformação na sociedade, ir à raiz do problema historicamente desenvolvido e considerar suas contradições frente às determinações objetivas da realidade social. A teoria da privação se dispunha a agir sobre o efeito (como se isso fosse possível) mascarando a causa dos problemas.

A questão do assistencialismo na Educação infantil é outro aspecto que foi pauta de muitos debates históricos. Kuhlmann Jr. (1999) defendeu a tese de que até mesmo no modelo dito assistencialista existia um projeto educacional e que este projeto tinha como objetivo a submissão e adaptação dos indivíduos ao modelo de sociedade capitalista. O autor apontou que

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza no processo de constituição de instituições para o atendimento das crianças pobres, o assistencialismo foi considerado uma proposta educacional tendo como objetivo principal a submissão e adaptação dos sujeitos desde a mais tenra idade, reproduzindo modos de comportamento, valores e formas de pensar contrários à autonomia dos indivíduos e de suas famílias. Essas propostas que no imediato aparecem como forma de liberdade, são exatamente o contraponto dessa liberdade se fazendo valer de seu conceito.

Atualmente as concepções sobre a educação infantil já evoluíram muito, mas ainda paira sobre este debate uma questão fundamental. Essa questão deve articular a função e o sentido da educação da criança e um projeto de sociedade menos indiferente em relação à natureza e aos semelhantes.

Adorno (1995) compreende como objetivo educacional a possibilidade de formação para a autorreflexão e a resistência à barbárie, meta para qual, segundo ele, deve-se dirigir todas as propostas educacionais. Ao propor para a Educação a urgência de que Auschwitz não se repita, referiu-se à ameaça da violência e do autoritarismo, esse tipo de barbárie que continuaria existindo enquanto persistissem as condições objetivas e subjetivas que geram este tipo regressão social (p.119).

Esta afirmação nos remete à necessidade da compreensão de que os vínculos com a cultura dominante impõem a forma de organizar a vida e a educação; sua influência faz-se sentir quando é exigido no processo da atividade educativa, a disciplina a partir da dureza ou do espontaneísmo ignorando os limites da autoridade.

nos problemas sociais, sendo a educação vista como um dos caminhos para o alcance desse objetivo. Diante da constatação de que muitas crianças, ao chegarem à escola, revelavam deficiências das mais diversas naturezas, defendia-se a idéia de que os problemas sociais poderiam ser resolvidos (compensados) por meio do atendimento à criança pequena.

¹³A teoria da Privação Cultural baseava-se na idéia de que faltava para as crianças desfavorecidas economicamente (carentes) atitudes e conteúdos, em comparação com as crianças da classe mais favorecida.

¹⁴Abordagem educacional que surgiu na década de 1950 e início dos anos de 1960. Nessa abordagem foram propostas algumas formas de intervenção

A enaltecida dureza que a educação deve conseguir significa, pura e simplesmente, indiferença à dor. A propósito, não há muita distinção entre a dor própria e alheia. Aquele que é duro consigo mesmo se arroga o direito de ser duro também com os demais e se vinga neles da dor que não pode se manifestar, que teve que reprimir. Esse mecanismo deve ser conscientizado, assim como deve ser promovida a educação, que não mais premie a dor e a capacidade de suportá-la (ADORNO, 1995a, p.114).

Nesse processo se instaura também a ausência da autoridade consciente, ou seja, a autoridade constituída pela autonomia, pela “força da reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar” (ADORNO, 1995, p. 110).

A compreensão dialética da formação significa perceber que a educação se constitui para além da superficialidade do cumprimento de meras formalidades e exigências mínimas dos currículos por disciplinas, como para processos formativos que avalizam o pragmatismo. Importa considerar a real necessidade do conhecimento sobre os mecanismos, a partir dos quais se estabelece a dominação generalizada como componente da ideologia que corroboram as relações entre indivíduo e sociedade mediados pelos processos de formação para a adaptação social.

Pensar num projeto educativo, que visa a formação da consciência sobre os processos de produção e/ou reprodução da existência superando a formação para adaptação e submissão, significa para a teoria crítica da Escola de Frankfurt elaborar o passado. Isso significa dizer que “não somos meros espectadores da história do mundo transitando mais ou menos imunes em seu âmbito, e nem a própria história do mundo, [...] parece possibilitar aos seus sujeitos o tempo necessário para que tudo melhore por si mesmo” (ADORNO, 1995, p. 45).

Quando se trata de formação humana cabe também refletir sobre a necessidade de adaptação e da identificação com o existente, que impossibilite a capacidade de realizar experiências. Seria preciso tornar consciente quais os mecanismos que provocam “as dimensões de poder – impotência, paralisia e incapacidade de reagir, comportamento convencional, conformismo, ausência de autorreflexão, enfim, ausência de aptidão à experiência” (ADORNO, 1995, p. 37).

Ao lado do progresso intelectual, científico, tecnológico e cultural da humanidade caminham os mecanismos anticivilizatórios, de desigualdade social, injustiça entre os homens e desrespeito à natureza com o esgotamento dos recursos naturais. O objetivo da formação humana deve direcionar os homens para o oposto disso, ou seja, a convivência justa, democrática e esclarecida em uma sociedade em que a indiferença entre homens e a natureza seja superada. Para tanto, esta formação deve almejar homens autônomos e emancipados, capazes de resistir aos processos de dominação.

A padronização cultural e a repetição fazem parte de um regime autoritário em que a hegemonia legitima a indiferenciação e a naturalização, que levava os indivíduos à conformação do universal, ou seja, às normas instituídas pela autoridade sem reflexão crítica. “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas” (ADORNO, 1995, p.49).

Uma questão emergente, que incide sobre os processos formativos relativos à formação para a autonomia, diz respeito à concepção de autoridade. Ao considerar a realidade objetiva a autoridade é compreendida como dominação, significa que a intencionalidade visa a manutenção de uma mesma organização, estabelecendo uma identificação por dependência e

imitação, numa aparente relação de liberdade.

Quando a autoridade passa a versar sobre o interesse em elevar os homens à condição acima da existência natural humana, no sentido de sua individuação e afirmação da razão, confirmando-se progressiva na formação dos homens, legitima-se a autoridade compreendida como dominação, como autoritarismo. Essa barbárie exige “o sacrifício do eu, porque o seu preço sempre será a negação da natureza do homem, em vista da natureza extra-humana e sobre os outros homens” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 53).

A formação autoritária se manifesta como produto ideológico, a serviço da própria realidade, reduz a sua compreensão concreta para exercer a manipulação das consciências, no sentido de atrair a coletividade para a adaptação ao que se pretende realizar social e culturalmente.

A autoridade é um conceito essencialmente psicossocial, que não significa a própria realidade social. Além disso, existe a autoridade técnica – ou seja, o fato de que um homem entende mais de algum assunto do que outro -, que não pode ser simplesmente descartada. Assim, o conceito de autoridade adquire seu significado no âmbito do contexto social em que se apresenta (ADORNO, 1995, p. 176).

A relação entre autoridade e competitividade pode se afirmar numa realidade objetiva historicamente determinada como a sociedade administrada por uma racionalidade tecnológica, considerando a mediação dos seus mecanismos culturais de produção e reprodução que organizam vida social na perseguição do interesse particular sem considerar o interesse dos demais. O pensamento identificador contrário à perspectiva de formação dialética e esclarecida impede que o pensamento possibilite a realização da experiência da reflexão não se deixando imobilizar.

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza

A educação para a emancipação e para a autonomia deveria considerar o conceito de democracia, que responde e corresponde à reprodução da vida social sem contradições, que difere da “constituição de seu sistema social fechado e por isso não devem tolerar nada fora de seu círculo mágico, então se torna, por mais dinâmico que seja concebido, finito enquanto infinitude positiva, estático” (ADORNO, 2009, p.17).

Falar de como a autoridade se manifesta no universo objetivo, implica em considerar a história da sociedade moderna e o seu significativo interesse pela técnica e pelos conhecimentos avançados, assim como o crescimento econômico e da crescente divisão mundial do trabalho cada vez mais complexa. Sobre este aspecto houve um

irregular crescimento econômico, e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial do trabalho cada vez mais elaborada e complexa; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global” (HOBSBAWM, 2005, p. 92).

Consequentemente, houve uma espécie de duplicação da liberdade, os homens se apresentavam livres sob um ordenamento universal de não-liberdade. A ambiguidade entre o interesse universal e particular pressupõe a liberdade de uns em detrimento da renúncia de outros, numa aparente unidade e os saberes se instrumentalizam a serviço do sistema e também de:

[...] todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. [...] A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital. [...] O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para

dominar completamente a ela e aos homens (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 18).

A autoridade compreendida como autonomia, tendo em vista as relações sociais geridas pela competitividade e pela ideologia do individualismo, se converte em autoritarismo e o problema da autonomia surge da inversão da relação do sujeito com o outro, isenta de alteridade, a partir das construções que um estabelece com o outro e das falsas relações de reciprocidade e compreensão.

Considerações Finais:

De acordo com a reflexão apresentada é possível considerar que a possibilidade de exercer autoridade em suas próprias escolhas e decisões pressupõe autonomia, para tanto é necessário romper com o conformismo existente, “podendo ir além da adaptação e ter uma vida digna de ser vivida. Se assim é, o homem deve ser entendido como natureza e como mais do que natureza, na medida em que pode ser senhor de si mesmo” (CROCHIK, 2010, p.389).

A relação entre os processos formativos e autoridade requer constante conscientização sobre as relações existentes, o compromisso das instituições de ensino com a formação e a promoção cultural ao expressar os conhecimentos e as condições objetivas para que se promovesse a autonomia da reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Destacam-se neste caso as determinações sociais que exercem o controle e a pressão sobre as relações sociais condicionadas aos mecanismos da troca, da produtividade eficaz, instrumentalidade e funcionalidade do sistema.

Entretanto, a conscientização da realidade fetichizada, que interfere na negação de toda contradição presente nessa relação, deve ser realizada observando-se os aspectos subjetivos e objetivos de maneira distinta para que não venham ocorrer compreensões polarizadas e fragmentadas.

A constituição do sujeito não autônomo o coloca na condição de identificação cega com o coletivo, e isso deve ser contraposto nos processos educacionais para se constituir uma consciência resistente aos processos de massificação por meio da experiência da reflexão que nos possibilita o real esclarecimento.

Estas análises nos indicam questões importantes a serem discutidas nos espaços de Educação Infantil, tais como: formação do caráter da criança, a importância da autoridade na mediação do professor frente aos seus impulsos e a relação de parceria com a família, estes aspectos da formação devem estar inter-relacionados ainda com um projeto de sociedade.

No âmbito da educação infantil, a realidade da vida social não deve abstrair a possibilidade de apreensão dos elementos que a constituem, entendendo a educação como cultura, longe de ser compreendida como mera transmissão de informações, nem mesmo de uma reprodução da cultura dominante, mas a construção de uma consciência verdadeiramente política, que demanda a reflexão crítica e o sentido democrático da formação, ou seja, a educação para a emancipação.

A emergência da formação para a autonomia está relacionada com o potencial de desenvolvimento científico e tecnológico historicamente construído e presente no universo objetivo, ao mesmo tempo pela existência de diferentes formas de violência, destacando os momentos de repressão e opressão, pelos quais os homens são submetidos. Diante das manifestações humanas a cultura, que reflete a educação de um povo, expressa suas contradições, desde a formação de valores quanto realizações institucionais e materiais. E essa realidade vai para além da escola, pois o desenvolvimento tecnológico e cultural se dá na interação do indivíduo com as mais variadas instituições.

Entretanto, a escola tem como responsabilidade a autodesmistificação compreendendo estudos e pesquisas com

Márcia Ferreira Torres Pereira, Rosiris Pereira de Souza

relação à infância e os mecanismos de dominação que perpassam pela formação, incluindo o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Na Educação infantil o professor deve perceber a sua importante posição e o seu papel social diante da criança e de sua educação, deve compreender que tanto ele quanto a criança são sujeitos que interagem num movimento dialético com a realidade, ou seja, são constituintes e constituídos dentro de uma realidade histórico-cultural e que, portanto, devem se perceber como indivíduos capazes de transformar a realidade.

Deve haver um compromisso com a formação das novas gerações e nessa relação entre a autoridade e os processos educativos da criança assumir seu sentido crítico como meio de educação para a autonomia e emancipação. Essa prática social educativa só se conquista mediante a pesquisa e formação permanente, contribuindo para um processo de mudança da realidade em que a indústria cultural e a pseudoformação não ofusque o pensamento e as possibilidades de resistência aos processos de massificação cultural e alienação, impedindo a compreensão dos processos de dominação e opressão.

O sentido e o significado da Educação Infantil é a formação para a autonomia e emancipação humana; formação iniciada ainda na pequena infância em constante reflexão crítica sobre a sociedade e suas formas de produção da vida. Os processos e as propostas educacionais devem se voltar para uma perspectiva de formação cultural ampla e crítica, proporcionada na interação das crianças com sujeitos mais experientes e que nesta relação entre gerações o educador assuma sua função na mediação que abarque o conhecimento, a historicidade, a realidade social e suas determinações, sem renunciar a autoridade que lhe cabe, proporcionando as possibilidades de constituição de autonomia e emancipação na relação entre adulto e criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

_____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995a.

_____. **Dialética negativa**. Madrid: Taurus, 1984.

_____. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. (Tradução de Guido Antônio de Almeida).

CASSARO, Fernando. Theodor Adorno e a educação para o pensar autônomo. In: **revista nova Escola**, 11/2009. <http://planetasustentavel.abril.com.br/>

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, v. I, 1994.

CROCHIK, José Leon. A constituição do sujeito na contemporaneidade. In: **Revista Interação**. Goiânia – GO, v. 35, nº 2, 2010.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES, Cristine Garrido. **O Banco mundial e a Educação Infantil no Brasil**.

Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, 2006.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Temas básicos da Sociologia**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1973.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor (org.). **Temas básicos de Sociologia**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

IMMANUEL, Kant. **Textos seletos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KUHLMANN Jr. Moysés. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, A. L. G. e PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. Campinas: Editora: Autores Associados, 1999.

ROURE, Susie Amâncio Gonçalves de. **Educação e autoridade: A autoridade na Educação contemporânea**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semenotiv. **Imaginação e criatividade na infância**. Textos de Psicologia. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

_____. **Formação social da mente**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

ZANOLLA. Sílvia Rosa S. **Teoria crítica e epistemologia: o método como conhecimento preliminar**. Goiânia: Editora da UCG, 2007a.

_____. **Videogame: educação e cultura**. Campinas, SP: Editora Alíena, 2010.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; PUCCI, Bruno. Adorno: **O poder educativo do pensamento crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.